

REQUERIMENTO Nº 277/18

Senhor Presidente,

CONSIDERANDO a derrubada do veto, promulgação e publicação no dia 22 de outubro de 2018 das partes vetadas da Lei nº 13.708/18;

CONSIDERANDO que o texto promulgado altera os parágrafos 1º e 5º do art. 9º-A da Lei nº 11.350/2006, estabelecendo o novo piso salarial aos Agentes Comunitários de Saúde de Combate de Endemias, o qual será escalonado nos próximos anos, da seguinte forma: R\$1.250,00 em 1º de Janeiro de 2019, R\$1.400,00 em 1º de Janeiro de 2020 e R\$1.550,00 em 1º de Janeiro de 2021;

CONSIDERANDO o Princípio da Legalidade, o qual foi ‘inteligentemente’ citado por esta Administração no Ofício nº 772/2018/GAB, em resposta a um requerimento desta casa, parafraseando Helly Lopes Meirelles ao dizer que “*o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei (...)*”;

REQUEREMOS à Mesa, regimentalmente, sejam, nos termos do art. 17 da LOMA, solicitadas do Excelentíssimo Senhor Prefeito, junto às Secretarias Municipais competentes, a fim de enviar a esta Casa, dentro do prazo do art. 74 XVI da LOMA, as seguintes informações e tomarem as seguintes providências:

1) Existe a intenção do Município em criar uma nova escala de vencimentos aos Agentes Comunitários e de Controle de Vetores, de modo a atender a Legislação Federal e regularizar definitivamente a situação dos servidores? O Município, nos últimos anos, foi condenado judicialmente por não observar o correto pagamento dos salários dos servidores?

Requeremos que, de forma **URGENTE**, seja encaminhado a esta Casa Projeto de Lei atualizando os valores dos salários dos Agentes na forma da Lei nº 13.708/18, para que o pagamento no novo valor seja possível já a partir de janeiro de 2019, evitando problemas no repasse, bem como futuras e novas condenações judiciais.

Plenário Vereador José Ikeda, 05 de novembro de 2018.

ALCIO ROBERTO IKEDA JÚNIOR

Vereador

ACÁCIO ROCHA PEREZ GUERRERO

Vereador

AGUINALDO PIRES GALVÃO

Vereador

EDER DO NASCIMENTO RUETE

Vereador

EDUARDO RODRIGUES FIORILLO

Vereador

HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS

Vereador

JOÃO DAVOLI

Vereador

MARIA DE LOURDES SANTOS GIL

Vereadora

PAULO CÉSAR C. DE OLIVEIRA

Vereador



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLV Nº 204

Brasília - DF, terça-feira, 23 de outubro de 2018



SEÇÃO



Sumário	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário.....	1
Atos do Poder Legislativo.....	2
Atos do Poder Executivo.....	2
Presidência da República.....	5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.....	11
Ministério da Cultura.....	13
Ministério da Defesa.....	14
Ministério da Educação.....	15
Ministério da Fazenda.....	17
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.....	104
Ministério da Integração Nacional.....	105
Ministério da Justiça.....	107
Ministério da Saúde.....	109
Ministério da Segurança Pública.....	118
Ministério das Cidades.....	120
Ministério das Relações Exteriores.....	120
Ministério de Minas e Energia.....	122
Ministério do Desenvolvimento Social.....	125
Ministério do Esporte.....	128
Ministério do Meio Ambiente.....	128
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.....	130
Ministério do Trabalho.....	131
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.....	133
Ministério Público da União.....	135
Tribunal de Contas da União.....	136
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	149
Total de páginas desta edição.....	151

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade
e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.757 (1)
ORIGEM : ADI - 55408 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta de inconstitucionalidade e, nessa parte, julgou parcialmente procedente o pedido, para, confirmando-se a medida cautelar, declarar a inconstitucionalidade do § 2º do art. 2º, do § 4º do art. 21, dos §§ 9º e 10 do art. 26, e do caput § 1º e 2º do art. 173 da Lei Complementar 95/1997 do Estado do Espírito Santo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Carmen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Pleno, 20.9.2018.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA ACERCA DO VÍCIO APONTADO (ART. 3º, I, DA LEI 9868/1999). SUPERVENIENTE ALTERAÇÃO DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL INDICADO COMO PARÂMETRO DE CONTROLE. CONHECIMENTO PARCIAL DA AÇÃO. ALCANCE DA AUTONOMIA FINANCEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIAÇÃO DE PROMOTORIAS E PROCURADORIAS DE JUSTIÇA POR ATO INFRALEGAL. IMPOSSIBILIDADE ENQUADRAMENTO DE SERVIDORES DE OUTRO PODER. PROVIMENTO DERIVADO INCONSTITUCIONAL. INICIATIVA LEGISLATIVA (ART. 127, § 2º, CF/1988).

1. Não obstante a autonomia institucional que foi conferida ao Ministério Público pela Carta Política, permanece na esfera exclusiva do Poder Executivo a competência para instituir o processo de formação das leis orçamentárias em geral. A Constituição autoriza, apenas, a elaboração, na fase pré-legislativa, de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes (ADI 514 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 18/3/1994).

2. As Procuradorias e as Promotorias de Justiça são órgãos públicos e, como tais, apenas por lei podem ser criadas.

3. Lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça não pode dispor sobre o enquadramento de servidores de outros poderes em quadro de pessoal específico do Ministério Público. Violação à iniciativa do chefe do Poder Executivo. Ademais, a previsão em análise configura provimento derivado inconstitucional, por ofensa à regra do conteúdo público (art. 37, II, CF).

4. A iniciativa legislativa prevista no art. 127, § 2º, da Constituição para a criação de cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira do Ministério Público é privativa do Procurador-Geral de Justiça, no âmbito estadual, e do Procurador-Geral da República, na esfera federal.

5. Ação direta parcialmente conhecida e, nessa parte, parcialmente procedente, confirmando-se a medida cautelar deferida.

Secretaria Judiciária
PATRICIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.708, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes votadas da Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018:

"Art. 1º A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º-A.

§ 1º O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento:

I - R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019;

II - R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em 1º de janeiro de 2020;

III - R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021.

§ 5º O piso salarial do que trata o § 1º deste artigo será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro, a partir do ano de 2022.

....." (NR)

Brasília, 22 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER



Informamos que foi publicada no DOU de 3/10/2018 a **Portaria nº 283, de 2 de outubro de 2018**, da Imprensa Nacional, que dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no Diário Oficial da União. O novo normativo substitui e revoga a Portaria nº 268/2009 a partir de 1º de novembro próximo. Para mais informações, acesse a seção **NOTÍCIAS DA IMPRENSA NACIONAL** no portal eletrônico.